

# CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A PROBLEMÁTICA DA DEFESA E SEGURANÇA DOS PEQUENOS ESTADOS

TEMA:

## SEGURANÇA, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

CONFERENCISTA:

**Dr.<sup>a</sup> CRISTINA FONTES LIMA,**  
**MINISTRA DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

Numa sociedade democrática a política de segurança garante a protecção dos direitos individuais e assegura o pleno exercício da cidadania.

Com efeito, o discurso da segurança incorporado pelo pensamento democrático é hoje o discurso da garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos. Neste sentido, a segurança não se contrapõe à liberdade. Ela é antes condição do exercício da liberdade, constituindo uma das várias e complexas vertentes em que se consubstancia a qualidade de vida dos cidadãos. É aliás consensual a ideia de que os cidadãos exercerão tanto mais plenamente os seus direitos, quanto mais improvável for a perturbação da ordem jurídica e da tranquilidade pública.

Assim, buscam-se elevados níveis de eficácia na actuação das forças de segurança, em ordem ao respeito e à defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, daqui decorrendo que, se esses direitos são a razão de ser da actuação policial, eles são também o limite à actuação policial.

Ao Estado compete, nessa óptica, garantir a segurança de pessoas e bens, vigiando a totalidade do território na defesa das instituições e dos interesses nacionais, no respeito pelas leis, na manutenção da paz e da ordem pública.

Em Cabo Verde tal atribuição e conceito estão claramente plasmados na Constituição ao estatuir, nomeadamente, que **«à Polícia compete defender a legalidade democrática, prevenir a criminalidade e garantir a segurança interna, a tranquilidade pública e o exercício dos direitos dos cidadãos»**.

Convém neste ponto realçar que em toda a parte a manutenção da segurança interna, deixou há muito tempo de ser um tipo de actividade monopolizada pelo Estado.

Hoje as funções de prevenção do crime, policiamento e ressocialização dos condenados são repartidas entre o Estado, a sociedade e a iniciativa privada sendo que esta última vem adquirindo cada vez mais maior proeminência, em diversos países com uma muito contestada intervenção até na gestão e “exploração” de estabelecimentos prisionais.

Entre as causas dessa erosão do monopólio público sobre a segurança estão o aumento do crime, do sentimento de insegurança e o reconhecimento de que o Estado apesar de estar obrigado a prestar um serviço de segurança básico, não atende às necessidades específicas de segurança demandadas pelo mercado.

Com efeito, e no dizer de um autor «Se a minha empresa, condomínio, clube ou mesmo a minha família tem necessidades de segurança maiores do que os outros, não é possível nem justo que o Estado venha em meu auxílio, em detrimento dos demais». É um argumento paralelo ao que é válido para quem quer educação ou tratamento médico de melhor qualidade e pode pagar por eles.

Por outro lado, hoje, o conceito de segurança pública é amplo, não se limita à política do combate à criminalidade e nem se restringe à actividade policial.

A segurança pública enquanto actividade desenvolvida pelo Estado traduz-se em empreender acções e oferecer estímulos activos para que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e usufruir o lazer protegendo-os dos riscos a que estão expostos. As instituições responsáveis por essa actividade actuam no sentido de inibir, neutralizar ou reprimir a prática de actos anti-sociais, assegurando a protecção colectiva e, por extensão, dos bens e serviços.

Tal actividade integra o combate às incivildades e contra-ordenações, engloba a actividade policial na prevenção e repressão à criminalidade, perpassa as actividades do Ministério Público e dos Tribunais em geral, até alcançar especificamente o sistema penal. A estas somam-se as políticas públicas que influenciam a redução de riscos no ambiente social, actuam pro-activamente equacionando situações conflituosas, fortaleçam a cidadania e conduzam à paz social.

Acredito como muitos autores que uma sociedade é tão menos violenta quanto mais cidadã, ela se torna.

Com efeito, paralelamente ao conceito tradicional de “segurança pública”, centrada no controle repressivo-penal do crime, o conceito actual propõe uma abordagem alternativa da questão da segurança, enfatizando o seu carácter interdisciplinar e pluridimensional.

A segurança já não é apenas competência exclusiva das políticas criminais, convertendo-se em tema transversal do conjunto das políticas públicas, uma vez que a criminalização é somente uma das formas de se abordar uma conduta anti-social e anti-ordem jurídica.

Ao invés de se basear apenas nas instituições clássicas de combate ao crime, a segurança pública deverá ser objecto de preocupação de diversos sectores e actividades do governo, incorporando também iniciativas na área da educação, saúde, habitação, emprego, cultura, desporto e turismo, além de todos os programas da área social do governo. Deve naturalmente ser também assumida pela sociedade que deve interiorizar a necessidade da sua participação e postura nesse “constructo”.

Os princípios norteadores desse conceito são a Interdisciplinariedade, a Participação comunitária, a Imparcialidade, a Legalidade, a Moralidade e Dignidade Humana, o Profissionalismo, o Pluralismo Organizacional, a Descentralização Estrutural e Separação de Poderes, a Flexibilidade Estratégica, o Uso limitado da força, a Transparência, a Responsabilidade.

Um problema que nos interpela a todos nos tempos que correm é a definição dos parâmetros de actuação dos poderes públicos para a preservação da segurança pública face a níveis crescentes de insegurança provocados por centros de criminalidade organizada e transfronteiriça que constituem ameaças à própria soberania e integridade física dos Estados.

É nossa firme convicção de que, nesse quadro, a psicose e a deriva securitária são riscos que nos espreitam. A adopção de medidas draconianas não tem por efeito necessário a diminuição do senso de insegurança que grassa nas sociedades

modernas. Como já defendi atrás, o combate à criminalidade implica uma estratégia multifacetada, cujos contornos devem ser os mais abrangentes possíveis, mas que, seguramente, não se traduzem na substituição de Estados de Direito Democráticos por Estados Repressivos.

Diversos acontecimentos internacionais têm-nos comprovado que, actualmente, é virtualmente impossível pensar num quadro de estabilidade tal que seja factível impermeabilizar por completo uma sociedade dos efeitos deletérios da criminalidade organizada, maxime do terrorismo, tenha ela as motivações que tiver. Nesse quadro, a eficácia de excessos securitários está longe de compensar as inevitáveis consequências em termos de limitações do espaço de liberdade dos indivíduos.

Isso dito, não significa que o Estado não tenha que tomar medidas sérias e, por vezes, rígidas no combate à criminalidade organizada e à preservação da segurança nacional, adoptando novas soluções, tanto no domínio do quadro jurídico e institucional como no operacional, que estejam à altura da sofisticação e do nível de organização que demonstram os centros de criminalidade.

Em Cabo Verde, pequeno Estado insular, apesar de continuarmos a ser essencialmente um país tranquilo e seguro, confrontamo-nos, como por todo o lado, com ameaças emergentes entre as quais destacamos o narcotráfico e o branqueamento de capitais e alguma entrada de armas sem suficiente controlo, os riscos de ligação a redes externas de exploração sexual de pessoas e particularmente de crianças, ameaças essas que têm que ser atacadas energeticamente.

Especialmente num país pequeno e sem muitos meios é particularmente importante encontrar soluções inteligentes para fazer frente aos fortíssimos desafios colocados pelas estruturas criminosas internacionais. Deste modo, sustentar-se nos velhos procedimentos de enfrentamento da criminalidade interna, procedimentos lentos e largamente deficitários do ponto de vista da eficácia, não é respeito pelos direitos fundamentais, é pôr em causa a estabilidade interna, o desenvolvimento humano do país e em última análise os direitos dos cidadãos.

A adequação das respostas do sistema de segurança interna a esse novo quadro é pois ingente.

Para além das reformas legislativas em curso no domínio do direito penal e processual penal, o principal desafio é o da adequação organizacional de tal sistema e o desenvolvimento do modelo de segurança cooperativa. Neste quadro parecem perfilar-se como incontornáveis medidas já perspectivadas ou em curso mas que carecem de implementação mais célere, de entre as quais destaco:

1. O reforço das estruturas policiais e sua adequação às novas ameaças;
2. A reorganização da estrutura das Forças de Segurança, observando uma maior racionalização e reforço operacional;
3. O reforço da actividade de inteligência policial – donde a criação dos Serviços de Informação da República, previstos na Constituição;
4. O reforço da articulação com as Forças Armadas e em especial com a Guarda Costeira no controlo das águas territoriais;
5. O reforço da cooperação internacional

Não poderia terminar sem felicitar o Ministério da Defesa e todos os directamente envolvidos pela iniciativa da organização desta Conferência Internacional que, estou certa, contribuirá para melhorar a orientação da política de segurança e a coerência

das nossas actividades com o objectivo da consolidação de uma sociedade onde a segurança interna esteja garantida, a criminalidade controlada e os direitos liberdades e garantias dos cidadãos assegurados.

A todos, muito obrigada.